

Dilema da Estabilização

Os dados divulgados quinta-feira pelo Banco Central sobre o comportamento do déficit público no primeiro semestre deste ano são preocupantes. Eles aumentam a responsabilidade do Congresso na rápida aprovação das reformas para garantir a continuidade do ajuste fiscal, que é a premissa básica do programa de estabilização econômica.

Segundo o Banco Central, depois de acusar superávit equivalente a 1,3% do Produto Interno Bruto em dezembro do ano passado, as contas da União, das estatais e dos governos estaduais e municipais registraram déficit operacional (conceito que exclui a correção cambial e monetária das dívidas) de 2,4% do PIB, no final do primeiro semestre.

A deterioração perigosa reflete a enorme dificuldade política do governo Fernando Henrique Cardoso para prosseguir o ajuste fiscal. Quando se examinam as razões da explosão do déficit, a responsabilidade do Congresso cresce ainda mais. As contas da União e das estatais trocaram um superávit equivalente a 1,8% do PIB por déficit de 0,4% do PIB (uma inversão da ordem de 2,2% do PIB), enquanto as contas dos governos estaduais e das prefeituras ampliaram o déficit de 0,6% em relação ao PIB no final de 1994 para 2% em junho último.

Um dos principais fatores de explosão do déficit público (federal, estadual e municipal) foi o alto custo do endividamento interno, que aumentou 32% no período. A União, os estados e as prefeituras haviam se endividado fortemente para cobrir as crescentes despesas com pessoal. Na maioria dos estados essa conta supera o limite constitucional de comprometimento máximo de 65% da receita. Como o ajuste fiscal não está sendo providenciado pelo Congresso e a privatização não anda, o Banco Central foi forçado a carregar nos juros altos para estabilizar a economia, desacelerando as atividades privadas. Isso devolveu os saldos à balança comercial, mas trouxe desemprego e recessão para alguns setores produtivos.

A imensa maioria da população recuperou seu poder de compra com a queda da inflação (de 50% mensal para 1%) e está plenamente satisfeita com os rumos da estabilização. O dilema do país é exatamente esse: garantir a continuidade da estabilização da economia, que está acostumando o brasileiro a dar valor à moeda nacional; ou aceitar o fracasso da estabilização e a volta do pior e mais injusto dos tributos — o *imposto inflacionário*. Está nas mãos do Congresso a opção da escolha.

O presidente Fernando Henrique Cardoso declarou na Alemanha, onde apresentou aos investidores internacionais as perspectivas de crescimento de um país em processo de estabilização e abertura da sua economia para a iniciativa privada (nacional e estrangeira), que pretende mobilizar o Congresso para aprovar as reformas.

Cabe ao presidente a iniciativa de convocar o Congresso para retomar a modernização do país. No início do ano o Congresso demonstrou a mesma inapetência inicial em relação à votação das reformas constitucionais. Fernando Henrique apresentou nos Estados Unidos e na Inglaterra a visão do novo Brasil. Ao voltar, reuniu as forças políticas que apoiam o governo e conseguiu que as reformas fossem aprovadas.

O recesso de julho quebrou o ritmo parlamentar. Viu-se pelos dois adiamentos da votação da emenda da flexibilização do monopólio do petróleo, no Senado, que a parte comprometida em manter o país no atraso reagrupou suas forças.

O Brasil que tem pressa na recuperação do tempo perdido sob o falido modelo estatal espera que o presidente da República retome a iniciativa política. E que o Congresso responda ao desafio do futuro. O Brasil real, que depende das iniciativas da sociedade, não pode ficar eternamente refém da indecisão dos políticos em relação ao Estado.